

LIVROS E REVISTAS

ARMANDO DE OLIVEIRA ASSIS.
Compêndio de Seguro Social
(Teoria Geral, Legislação Brasileira), Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1963.

É com imenso prazer que registramos aqui a publicação, pela Fundação Getúlio Vargas, da primeira monografia nacional, dedicada à Previdência Social — em seu conjunto, e que aborda esse magno problema, apesar da redação popular, dentro de uma exposição científica de nível elevado.

A sua autoria cabe a um dos mais eminentes técnicos brasileiros especializados em seguro social, com fôlha brilhante de serviços prestados não somente no âmbito nacional, como também dentro da colaboração internacional no setor acima aludido, e que goza de prestígio ímpar nos meios de seguro social mundial.

A análise sistemática lúcida, extremamente viva, interessante e aprofundada, consubstanciada na obra do Prof. ARMANDO DE OLIVEIRA ASSIS, abrange três partes: Seguro, o Seguro Social e o Seguro Social Brasileiro, sempre com ênfase em aspectos jurídicos e administrativos, com relativamente

menor atenção prestada a facetas econômicas, sociais, sociológicas e demográficas desses importantes instrumentos.

São muito poucas as restrições que nos oferece a sua leitura. Não nos parece convincente a identificação do seguro social com o estatal e obrigatório. Com efeito, por um lado, o seguro individual assume, às vêzes, caráter compulsório; e, por outra parte, é difícil pôr em dúvida o caráter social de várias instituições securitárias de índole social redistributiva, apenas por lhes faltarem bases legislativas. No capítulo relativo à história do seguro social salta aos olhos a falta de qualquer referência a seus antecedentes doutrinários no período anterior às reformas bismarquianas. São sumárias e incompletas demais as informações a respeito, da expansão do seguro social no período de pós-guerra que atualmente vigora, desde 1960, em todos os países da América Latina, sem exceção alguma, e, embora sob forma primitiva e rudimentar, nos países do bloco comunista, assim como nas demais regiões do mundo. Afigura-se, à luz da atual situação no mercado de trabalho brasileiro, um tanto precipitada a opinião do nus-

tre autor, conforme a qual “o desemprego, não tem significado algum para países jovens em fase de expansão, como se dá no Brasil”. Será que se podem negar as vantagens que proporcionaria a criação de um razoável sistema de seguro-desemprego, que substituiria as atuais e manifestamente contraproducentes soluções de “seguridade de desemprego”, como seja, particularmente, a estabilidade? Desperta dúvidas, não apenas terminológicas, a equiparação incondicional da assistência social à “pública”. O abono não abrange, evidentemente, entre nós, “todos os residentes no país”. No exame dos regimes atuariais e, sobretudo, do sistema de capitalização, não se pode, a nosso modo de ver, deixar de lado o problema crucial de sua compatibilidade (ou não!) com a economia inflacionária. Não podem passar despercebidas sérias lacunas na exposição do direito internacional de seguro social: tanto o resumo apenas fragmentário e parcial das respectivas convenções internacionais de trabalho, como a falta de qualquer alusão à rede de tratados bilaterais e multilaterais, celebrados, nessa matéria, entre países de emigração e imigração. No que diz respeito à exposição da solução brasileira, o autor submete, com toda razão, à crítica “o plano pletórico de prestações” e formula dúvidas, bem fundamentadas, a respeito da chamada “aposentadoria por tempo de serviço”, que se lhe afigura “uma excrescência”, aliás, agravada ainda mais pela Lei n.º 4.130, de 28 de agosto de 1962.

Contudo, não podemos deixar de pensar que mesmo o tratado de tal

natureza, de índole preponderantemente didática, deveria incluir uma apreciação da atual situação da Previdência Social, cuja aflitiva crise mereceria exame objetivo e integral. Provém, sem dúvida alguma, não somente do plano de benefícios excessivamente expandido, e, mesmo assim, ainda sempre ampliado sem qualquer cobertura (por exemplo, título VII do Estatuto do Trabalhador Rural) — na realidade, quase o mais generoso e dispendioso sistema do mundo inteiro! — como também de toda uma série de fatores prejudiciais de ordem conjuntural. Os angustiantes coeficientes de evasão e sonegação na arrecadação das contribuições e os atrasados no cumprimento das obrigações financeiras pelo Tesouro Nacional (será que, mesmo, vigora a contribuição “igual” da União? — eis um ponto bastante controvertido), acompanhados pelo colapso do regime de reservas, criaram situação alarmante, com aparecimento de *déficits* até “de caixa” não apenas atuariais. Parece-nos difícil, evitar, dentro do estudo analítico do seguro social brasileiro, a análise do diagnóstico e da terapêutica desse desequilíbrio, que pode, com o tempo, afetar à própria manutenção dessa relevantíssima instituição de bem-estar social.

Com as últimas observações abordamos já um outro aspecto do livro ora recensado, isto é, algumas lacunas que apresenta, e que o eminente autor poderia preencher, com facilidade, em seus futuros trabalhos dedicados a essa matéria. Afinal de contas êste não é o primeiro nem ousamos espe-

rá-lo o último estudo do Prof. ARMANDO DE OLIVEIRA ASSIS atinente ao seguro social.

Reconhecendo que "o aspecto econômico" é "no seguro social o de primeira grandeza", não expõe, porém, tal aspecto, nem sob o prisma "positivo" nem "negativo" (a grave questão de encargos sociais e de sua transferência). Apesar da crescente importância dos problemas demográficos — reflexo da "explosão populacional" — limita-se, nesse particular, a algumas considerações bastante vagas. Omite, também quaisquer dados estatísticos.

O Temário do próximo XIV Congresso Mexicano de Sociologia (Cubicán, novembro 1963), dedicado exclusivamente à "Sociologia da Seguridade Social", abrange a teoria e filosofia do seguro social, a sua correlação com os fenômenos sociais, seguro social e técnica, planejamento do seguro social e a sua essência, encarada sob o prisma da justiça social. Quem sabe se não valeria a pena incluir, pelo menos, alguns desses itens num futuro compêndio, de ainda maior amplitude, extensivo a todos os aspectos do seguro social?

Lamentamos muito a ausência de quaisquer indicações bibliográficas.

Tudo o que precede não afeta, porém, de modo algum, ao valor do referido livro que constitui para qualquer estudioso de problemas sociais um manancial de conhecimentos, ministrados com clareza e objetividade realmente modelares.

Enriquecerá muito a nossa deficiência literária dessa matéria de tão palpitante interêsse, pres-

tando grande serviço, particularmente, a estudantes de política e sociologia. — *Estanislau Fischlowitz*.

ANDRÉ FRANCO MONTORO, *Salário família*. Col. "Temas Atuais". Livraria Agir. Rio, 1963.

O problema da remuneração do trabalho é, incontestavelmente, essencial em qualquer estudo que se faça sobre questões sociais.

A solução do regime salarial vem sendo longamente adotada, tão longamente que muitos a consideram como a solução inevitável.

É certo que nos últimos decênios uma concepção, a nosso ver muito mais justa e muito mais humana, tende a considerar como ultrapassado o regime do salário e busca, como dizia há mais de 30 anos a *Quadragesimo Anno* e como o reafirmou, há pouco, na sua *Mater et Magistra* êsse grande Papa que foi João XXIII, temperá-lo com o contrato de sociedade, no qual, considerada a atividade produtora como obra comum do capital e do trabalho, participem ambos, e com os mesmos títulos, nos frutos dela decorrentes.

De qualquer modo, porém, o certo é que o salariado ainda aí está.

E como, desde muito tempo, se verificou que êle pode ser, que êle é, geralmente, causa de grandes injustiças, tem se procurado, por diferentes modos, evitar-lhe os inconvenientes.

Um dos sistemas para isso mais preconizados é o do chamado "sa-

lário-família," no qual se junta, a uma parcela constante pelo trabalho executado, uma outra que permita ao trabalhador manter a sua família. Essa segunda parcela — que é propriamente o salário-família, ou ainda "o abono-familiar" — é proporcional ao número de componentes da família do trabalhador: mulher e filhos.

O regime do salário-família existe entre nós desde os anos 40, quando foi adotado, como resultado da ação de um grupo de estudiosos católicos, no governo federal, em alguns governos estaduais, em várias autarquias.

Procurou-se, também, ainda por iniciativa católica, estender o sistema a todos os trabalhadores: as vicissitudes, porém, pelas quais passou o projeto, acabou por torná-lo um simples paliativo, deturpando, em grande parte, na lei de 1941, os seus altos e nobres objetivos.

ANDRÉ FRANCO MONTORO, que é no Brasil dos poucos políticos que tem inteligentemente uma doutrina política coerente, quando Ministro do Trabalho preparou um projeto de lei no qual o regime do salário-família é mandado aplicar à massa trabalhadora.

No livro que a Agir agora publica, na sua coleção sobre "Temas Atuais", justifica MONTORO o seu projeto e o sistema de remuneração cuja adoção pretende.

Apresentando com clareza e objetividade os argumentos justos para a defesa de sua proposta, aplica-os à situação brasileira, fundamentando o seu projeto em extensos dados estatísticos.

É, sem dúvida, trabalho de real valor que, não apenas honra seu

autor, como constitui um dos estudos sócio-econômicos melhores e mais realistas publicados no Brasil, nos últimos tempos. — *Paulo Sá.*

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, S. J. *Neocapitalismo, Socialismo, Solidarismo*. Col. "Temas Atuais". Agir, 1963.

O PE. ÁVILA não é apenas uma das mais belas, das mais claras, das mais "fundamentadas" inteligências do atual momento cultural brasileiro. Bela inteligência, sabe vestir as idéias que tem (porque tem, de fato, idéias) com um formoso estilo, tocado, de quando em vez, das ressonâncias profundas de uma emoção contagiosa. Inteligência clara, aprendeu na formação escolástica de seu espírito, a dizer com a palavra exata o que pensa e o que sente (na velha regra — Dr. BOILEAU? — de acôrdo com o qual "tout ce qu'on pense bien s'enonce clairement"). Inteligência "fundamentada", querendo isso significar que se alimenta numa sólida e vasta cultura e, num movimento normal de "círculo virtuoso", que essa mesma cultura mostra e alimenta.

Não é ôle, porém, apenas uma inteligência que trabalha, na timidez ou no orgulho de seu isolamento, dentro do âmbito fechado de seus próprios domínios; porque Pe. ÁVILA é, também, hoje entre nós um verdadeiro "chefe de escola". E vai formando, nessa terra de individualistas, onde quase que só o interesse agrega e reúne, um grupo de discípulos que lhe prolonguem e lhe difundam as idéias.

O livro que agora publica, na coleção tão interessante "Temas Atuais", criada na Agir pelo grande e saudoso Padre FRANCA e que nos últimos 10 anos vem tendo um extenso desenvolvimento, expõe com clareza habitual, alguns dos pontos essenciais da doutrina social, que o Pe. ÁVILA vem pregando, no livro, na cátedra, em todos os seus contatos pessoais.

Trabalho de síntese é, por isso mesmo, difícil sintetizá-lo.

Cremos, porém, que se poderá apresentá-lo, com um resumo da concepção "solidarista" — como o Pe. ÁVILA a entende, da *questão social* (o termo está ultrapassado, sem dúvida, mas diz ainda o que se quer dizer).

Sabe-se que tem havido entre os pensadores sociais diversos movimentos solidaristas, os quais, todos, se caracterizam pela ênfase que põem no sentimento de solidariedade, de mútua dependência, de indispensável cooperação de todos os elementos sociais em busca de um objetivo que lhes é comum.

Nos primeiros decênios de século, andou a doutrina esposada e defendida, em França, por LEON BOURGOIS. Bem nos lembramos da pregação do conhecido político francês, animada sem dúvida de um simpático calor humano, mas que não evitava os preconceitos e as injustiças (sobretudo em relação à Igreja Católica) prevalescentes, naquela época, em quase toda a política francesa.

Faltava-lhe, sem dúvida, a êsse "solidarismo" a indispensável base cristã (que não deve ser compreendida como propriedade exclusiva dos cristãos confessados):

e sem essa base, delinea-se num "sentimentalismo" um pouco "água com açúcar" tão habitual, às vezes, naqueles que procuram o sentido de fraternidade humana sem o fundamento numa filiação divina.

De modo que o "solidarismo" só encontrou realmente o seu clima, quando informado pelo pensamento cristão que depois o assumiu.

É êsse "solidarismo cristão" que o Pe. ÁVILA expõe, no seu pequenino grande livro.

Começa por situar o problema social em face às "Alternativas históricas" que se abrem à opção do nosso país: as massas "conscientizadas" (para usar o neologismo útil adotado pelo Pe. ÁVILA), postas diante da "liquidação" do capitalismo clássico, tem que procurar uma nova linha, social, econômica e política, que a tire de sua tremenda situação atual. E Pe. ÁVILA acha que essa alternativa e essa opção se abrem para três soluções possíveis: o neocapitalismo, o socialismo, o solidarismo.

O neocapitalismo — embora aceite um "Estado" mais forte do que o simples "Estado policial" do capitalismo clássico e assuma atitudes mais humanas com o trabalhador — procura, no fundo, salvar alguns princípios essenciais do capitalismo a que visa substituir: e entre êles aquêle que dá, no processo econômico (e, por que não? no processo político), uma injusta supremacia ao capital. Está, assim, fadado ao mesmo insucesso que "liquidou" o capitalismo.

O "socialismo" vai buscar a solução do problema na atribuição

da última instância ao Estado “no processo sócio-econômico” des-cambando inevitavelmente para um “regime totalitário no qual o Estado se transforma no instrumento de dominação de um partido único”.

Finalmente o “solidarismo cristão” toma como base de suas soluções a pessoa humana e os seus “fundamentos éticos, morais, religiosos”, para dar ênfase “nos deveres da justiça e da caridade” que fazem os homens solidários uns dos outros e lhes torna possível viverem numa sociedade mais humana, mais digna, mais cristã, dentro das comunidades reais nas quais se inserem.

A luz dos princípios “solidaristas” estuda o Pe. ÁVILA vários problemas particulares: o do salário, o da propriedade, o da empresa, o da comunidade nacional.

Não seria possível resumir aqui as soluções sugeridas: baste-nos afirmar que quantos lêem “Neocapitalismo, socialismo, solidarismo,” — mesmo quando não concordam com tudo o que aí se diz, quase diríamos “sobretudo” quando não concordam com tudo — sairão de suas páginas com uma visão mais clara das coisas, e uma concepção mais justa do dever que têm de “tomar posição” numa hora que não admite os indiferentes ou os omissos. — *Paulo Sá.*

ALBERT O. HIRSCHMAN, *Journeys Toward Progress; Studies of Economic Policy-Making in Latin America.* The Twentieth Century Fund. New York, 1963.

O livro é dividido em duas partes. A primeira é constituída por

três estudos da seqüência de medidas políticas levadas a efeito por três países da América Latina, em face a três problemas específicos de cada um: a seca do Nordeste brasileira, a reforma agrária da Colombia, e a inflação do Chile. São três estudos intensivos e muito bem feitos do processamento de decisões e medidas políticas em países subdesenvolvidos. Baseado nêles, o Prof. HIRSCHMAN desenvolve a segunda parte de seu livro, atacando o paradoxo da mudança. Pergunta-se como pode um bom govêrno surgir de um mau, como a reforma pode advir da reação, e o progresso da estagnação.

Tenta responder evitando a saída tentadora de se estabelecer um pré-requisito qualquer, seja uma determinada taxa de formação de capital, uma elite, uma ideologia, ou uma estrutura de personalidade, que deveria ser introduzido antes e para que possa haver mudança.

Chama atenção para o fato de que a América Latina se defronta por um lado com as promessas da Revolução Cubana, e por outro com as perspectivas da Aliança Para o Progresso. Entre estas duas socilitações, ou ela aceita novos padrões de mudança política e social ou encontrará dificuldades que talvez acarretarão uma revolução. Por outro lado adverte os Estados Unidos que a aceitação da necessidade de apoiar êstes novos padrões, que envolverão o aparecimento de novos tipos de alianças entre os mais diversos grupos sociais, é inevitável.

Abandonando os tradicionais ceticismos do desenvolvimento eco-

nômico, pretende mostrar que uma sociedade pode iniciar a marcha para frente, como é, apesar do que é, e porque é o que é. Para isso pesquisa ao longo de duas linhas: Primeiro, como os obstáculos à mudança, reconhecidos e bem entrancheirados, podem ser neutralizados, superados, ou deixados de lado para serem decisivamente atacados numa etapa ulterior; segundo, e mais fundamentalmente, quantas dentre as condições e atitudes que são largamente consideradas como inimigas da mudança, têm uma dimensão positiva escondida, e podem inesperadamente servir e nutrir o progresso.

Em se desejando dispensar a concepção de uma única e universalmente necessária pré-condição, a mudança é mais uma vez ininteligível e inconcebível, a não ser que se possa mostrar que alguns dos próprios ingredientes da velha ordem são ambivalentes e possuem algum potencial engendradora de progresso e crescimento.

Através dos três estudos mostra como se chegou a mudanças por esses métodos não ortodoxos de reforma, e que entre a "mudança via reforma" e a "mudança via revolução", há muitas nuances e gradações.

Deixa claro que a reforma não exclui a violência, e que vários tipos de violência podem servir e serviram à reforma, sistematizando as diferenças entre a violência revolucionária e a não revolucionária. A resolução de conflitos por meios que distam igualmente tanto da reforma que se processa serenamente, através, por exemplo, da vitória eleitoral de um partido reformador, e da reforma pela re-

volução, está presente na América Latina. Encontra, pois, a América Latina repleta de mecanismos e seqüências de ação política que permitem o exercício de poderosas pressões, que proporcionariam a implantação de reformas eficazes por meios outros que a revolução. Por sua exposição verifica-se que a própria instabilidade política da América Latina possibilitou reformas e foi função das mesmas.

Contudo, não deixa de chamar atenção para a existência de certos casos em que a mudança não pode ser introduzida sem revolução, ou seja, casos em que o poder está tão concentrado, a resistência à mudança é tão feroz, e a estrutura política e social tão rígida, que qualquer mudança não revolucionária é impossível, além de ser inconcebível. Mas muitas vezes, é mera força de hábito ou qualquer defasagem cultural que faz visualizar a mudança como algo que requer necessariamente uma prévia revolução.

Considera que os próprios reformadores permitiram que os revolucionários fizessem uma caricatura da mudança via reforma, e sugere que, aqueles interessados nelas, tomem partido dos vários dispositivos e possibilidades que já a aí se encontram. Na última parte do livro faz, com sucesso, uma tipologia, ou constrói "modelos", como chama, desses métodos e possibilidades. Esta sistematização é muito útil para a compreensão das diferentes estruturas políticas e de sua dinâmica, além de servir como um guia incipiente para os "reformmongers", ou seja, "mascates da reforma". Estes de-

vem tomar a iniciativa e reabilitar a mudança não revolucionária, que é exequível e fecunda. Acha necessário, da mesma maneira que existem manuais de técnicas de revolução, guerrilha, etc., que também haja manuais para os "mascates da reforma", mostrando as técnicas da mudança via reforma, que ofereçam alguma competição aos outros.

Creemos que este livro é oportuno e interessante, por ser um estudo do campo ainda pouco explorado da mudança social, que constitui a essência do problema do subdesenvolvimento e dos países em vias de desenvolvimento.

Quanto mais não fôsse, a exposição pormenorizada da ação política em face de três problemas específicos como a inflação, a reforma agrária, e as sêcas do Nordeste, constitui assunto de interesse para todos os países da América Latina, que num maior ou menor grau enfrentam os mesmos problemas, ou outros muito semelhantes. — *Ina Dutra.*

GOTTFRIED-KARL KINDERMANN.
Kulturen im Umbruch, Freiburger Studien zu Politik und Soziologie. Freiburg in Br., 1962.

Com o desaparecimento dos impérios coloniais, as jovens nações da África e da Ásia sentiram o impacto de novas condições: condições políticas de soberania nacional, com igualdade de direitos com as antigas metrópoles; condições técnicas e econômicas, com a passagem acelerada de uma fase de economia reflexa para a industrialização; novas concepções cul-

turais, pela irrupção de uma cultura técnica e planetária em mundos culturalmente fechados e totêmicos.

A nova ordem de coisas obriga metrópoles e ex-colônias a assumir seu novo papel, para contribuírem, cada uma, segundo suas competências e responsabilidades, na construção do Terceiro Mundo. Foi com o intuito de fornecer análises aprofundadas para a exata compreensão do problema, que uma equipe de 15 especialistas em diversos ramos das ciências sociais realizaram os estudos reunidos neste volume, baseados em fontes originais e em pesquisas de campo, entre as mais diversas culturas, desde a China e a Índia, até o Sudão africano.

Entre os temas estudados, de grande atualidade também para a conjuntura atual do Brasil, destacam-se os seguintes: formação e preparação de equipes e grupos capazes de liderar as nações implicadas nestas novas conjunturas; o conteúdo político dos conceitos fundamentais de "liberdade" e "democracia" num contexto cultural não-europeu; o conceito de "neutralismo dinâmico" como manifestação de autonomia nas relações internacionais; reforma e revolução agrárias como armas na luta pelo poder e instrumento de capitalização para a nascente indústria; a importância fundamental da educação como base para qualquer política de desenvolvimento e como sugestão para um programa de ajuda a países subdesenvolvidos por nações mais adiantadas.

A política exterior da Índia e a reforma agrária na China são

a nosso ver os dois temas mais agudamente analisados e merecem um destaque especial.

A neutralidade indiana, forjada por GANDHI e realizada por NEHRU, não se alinha ao lado dum neutralismo feito de abstenções, de uma "middle-of-the-road policy", de países como a Suíça, a Áustria ou a Cambodja. Não é política de expectativa, de passividade ou ausência de pensamento político internacional. O neutralismo dinâmico é a recusa de adesão a pactos de defesa, concretamente a recusa da participação na corrida atômica e a condenação da guerra fria.

NEHRU baseou sua política neutralista em três postulados fundamentais: 1.º) igualdade de todos os povos e raças; 2.º) fim do colonialismo e do imperialismo; 3.º) promoção da paz mundial. A autodeterminação da Índia em matéria de política internacional, é um modêlo e um roteiro para os países afro-asiáticos que acabaram de entrar no cenário mundial.

A reforma agrária na China passou por uma série de vicissitudes e mudanças radicais. O grande líder nacionalista chinês SUN YAT-SEN colocou-a entre os objetivos fundamentais do seu programa de renovação chinesa, que no seu entender não se faria sem uma revolução, cuja finalidade seria destruir a dinastia mandchuriana dos MING e substituir a forma monárquica de governo, após um período ditatorial de três anos, por uma democracia parlamentar.

Em 1928 instalou-se na China a era do Kuomintang, que tentou realizar a reforma social e política do país segundo o programa su-

niatsenniano. O governo nacionalista, encabeçado por CHIANG KAICHEK, não reuniu porém as condições básicas para o êxito: a carência de unidade política e deficiente controle político sobre as províncias do Norte, as contínuas revoltas, a guerra contra o Japão, a falta de técnicos e de funcionários peritos comprometeram a eficácia na aplicação da abundante legislação agrária.

Com a tomada do poder pelo Partido Comunista, em 1949, começou a mais espetacular e temível experiência coletivista de que a História humana tem notícia. Espetacular, porque em dez anos a quarta parte dos habitantes do planeta, de tradição agrícola milenar, foi coletivizada pelos métodos mais radicais. Temível, porque revelou de que é capaz a soma espantosa de poder concentrado nas mãos de um Partido erigido em Estado.

De uma primeira fase tática de três anos, na qual se distribuíram terras aos pequenos agricultores, com os direitos à posse, passou-se à gradual coletivização. As cooperativas de produção foram substituídas pelas comunas populares, depois da coletivização compulsória de terras e instrumentos de trabalho. As comunas populares reuniam em 1958, segundo fontes oficiais, 99% dos estabelecimentos agrícolas do país.

A dissolução da família, não só como unidade econômica, mas como célula de vida social, e a integração da mulher lado a lado do homem na agricultura e na indústria, representam talvez a mudança mais profunda no domínio das instituições sociais. As concessões

feitas aos agricultores para estimular a produção, a cessão para uso particular de alguns instrumentos de trabalho, ou de alguns metros de terra, a decomposição das comunas em brigadas de produção, são sinais ainda precários da atenuação nos métodos coletivistas, sistemáticos e agressivos, que são uma das causas profundas da discordância russo-chinesa.

A obra, escrita com seriedade científica, fora de discussões ideológicas ou de clima emocional, é um documento precioso para o estudo da revolução social e cultural que se processa nos países em vias de desenvolvimento. — *M. M. Lenz.*

DARCY RIBEIRO. *A Política Indigenista Brasileira*. Edições SIA. Ministério da Agricultura, 1962.

O problema indigenista brasileiro ainda não encontrou sua solução adequada, malgrado o discrição dos que a êle se dedicaram com grande idealismo e não menor sacrifício.

DARCY RIBEIRO, que durante longos anos se dedicou à causa do índio, examina, em seu livro *A Política Indigenista Brasileira*, a questão, partindo de seus fundamentos ideológicos, para logo a seguir passar em revista os cinquenta anos de atividade do Serviço de Proteção aos Índios, e, finalmente, enfocar os aspectos práticos da proteção aos índios.

A idéia de proteger o índio surge ou pelo menos adquire maior importância, exatamente quando os civilizados reclamam por uma proteção contra os supostos ata-

ques dos índios aos desbravadores dos nossos sertões.

Analisando, perfuntoriamente a catequese junto aos índios, conclui, vitoriosamente, o autor: "Assim se vê que foi antes o malôgro das missões religiosas que pontos-de-vista doutrinários que levou à adoção da assistência leiga..."

RONDON foi a alma do "Serviço de Proteção aos Índios, criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de julho de 1910.

Concede-se ao índio "autodeterminação", garante-se-lhe a posse do próprio território, proíbe-se o desmembramento da família, asseguram-se-lhe todos os direitos do cidadão comum e ficando obrigado somente aos deveres compatíveis com seu estágio social.

Urgir a observância de tais princípios em regiões tão desertas e tão cubiçadas será a luta contínua do S.P.I.

Verbas avultadas, pessoal altamente qualificado, suficiente autoridade e poder para se opor aos interesses gananciosos serão as três fontes de vida do SPI. Estes três fatores, entretanto, nem sempre caminharam juntos a tal ponto que "os últimos quatro anos de administração militar já não inspirados nos princípios filosóficos positivistas, como no tempo de RONDON, ou em quaisquer outros, conduziram o S.P.I. ao ponto mais baixo de sua história, fazendo-o descer, em certas regiões, à condição degradante de agente de sustentação dos espoliadores e assassinos de índios" (pág. 39).

Os cinquenta anos de atividades indigenistas, ao mesmo tempo que assinalam a pacificação de inú-

meras tribos, possibilitando, desta maneira, a expansão de uma sociedade em crescimento vertiginoso como a nossa, confessam a impossibilidade de urgir a observância de um dos princípios fundamentais da política indigenista: a garantia do território pertencente ao índio. Perdido o território, fica o índio sem autonomia e forçado a viver uma vida para a qual não estava preparado.

"Pacificações realizadas à custa de muitas vidas, de esforço heróico para chamar novas tribos à paz conduziram seus executores à frustração, ao verificarem que a sua vitória era, afinal, a derrota dos seus ideais, que nem mesmo a posse da terra era assegurada aos índios e que o convívio pacífico significava para eles a fome e a doença e o desengano" (pág. 99).

No plano legal teórico, os índios têm direito às terras por eles habitadas, desde o alvará de 1860, que os define como "primários e naturais Senhores delas", mas apesar de toda a legislação posterior que confirmou, ampliou e concretizou tal direito, a verdade é que, devido à ganância dos poderosos e dos próprios políticos (cf. Lei n.º 1.077, de 10-4-58, da Assembléia Legislativa de Matto Grosso), o índio vem sofrendo, paulatinamente, a perda de suas terras. "Ainda são, portanto, no Brasil de 1961 mais fortes os interesses dos usurpadores que as razões e os direitos dos índios" (pág. 114).

Em face da lei civil permaneceu o índio, até 1916, na condição de pessoa totalmente incapaz e sujeita à tutela de órfãos. A partir dessa data a lei reconhece-lhe ca-

pacidade civil restrita, regulamentada em 1928, segundo a qual o indígena é colocado sob a tutela do Estado, representado pelo S.P.I. Dá-se-lhe a possibilidade de se emancipar até atingir os direitos e deveres de cidadão brasileiro comum.

O Código Penal omite qualquer referência ao índio.

Cabe ao S.P.I. salvaguardar os direitos do índio, impedindo que este se torne, compulsoriamente, membro da sociedade brasileira, sujeito, por conseguinte, a todos os deveres dos cidadãos brasileiros. A ele também compete solucionar os casos surgidos entre os índios sob sua proteção.

Ao S.P.I. coube garantir ao índio, além da terra e dos direitos civis, também os meios de sobrevivência: debelar as enfermidades, organizar a economia e impedir o desengano que advém ao índio submetido a uma mudança violenta de cultura. No que se refere ao combate às enfermidades nada nos diz o autor sobre seus frutos ou suas falhas. Quanto à economia só excepcionalmente o S.P.I. conseguiu algo de positivo. No tocante a mudança de cultura o S.P.I., comportou-se como "uma estufa". Contudo, no decurso de seus cinquenta anos de atividades o S.P.I. também cometeu erros gravíssimos neste campo... (página 131).

Na terceira e última parte de seu livro, DARCY RIBEIRO, antes de traçar as recomendações para a ação protecionista, alude às atitudes emocionais — à epnocêntrica, à romântica e à absentáista, que dificultam a solução do problema indigenista, num país como

o nosso, que foi dos primeiros a instituir um Serviço Oficial de Proteção ao Índio.

Suas recomendações são:

1) Garantir a posse das terras dos índios e criar parques indígenas.

2) Organizar a economia tribal, levando em consideração a situação específica de cada comunidade e em especial a área geoeconômica a que ela pertence.

Tal empreendimento deveria estar vinculado com outros órgãos oficiais, tais como SPEVEA, SUDENG, INIC, FBC, etc.

3) Criar um estatuto jurídico que estabeleça, claramente, a forma pela qual o índio será integrado, paulatinamente, no corpo dos direitos e deveres do cidadão comum.

4) Urgir a organização de um serviço de assistência médica capaz de atalhar as enfermidades — o principal fator de despopulação dos grupos indígenas.

5) Proporcionar ao índio uma educação fundada nos valores de sua própria cultura a fim de que possa espontaneamente adquirir outros com verdadeira motivação.

6) Criar Colônias Indígenas de Fronteira para atender as populações indígenas localizadas nos limites do Brasil com outros países.

7) Controlar a pacificação das tribos arredias a fim de que não sejam feitas por interesses econômicos, sem uma necessidade atual ou sem a devida preparação.

8) Colaboração das Missões religiosas com o S.P.I. Apesar dos freqüentes ataques às Missões Católicas, reconhece o autor que “os

missionários, sobretudo os católicos, podem dar substancial ajuda aos índios, fazendo valer sua autoridade moral sobre as populações sertanejas e seu prestígio junto aos agentes do poder público, não só para evitar chacinas, mas também para que sejau punidos os crimes cometidos contra os índios” (pág. 163).

9) Preparação adequada do pessoal encarregado do S.P.I., que só deveria contar com pessoas identificadas com a causa indígena.

10) Fazer com que o Museu do Índio realize a finalidade para a qual foi criado: Suscitar sentimentos de simpatia pelos índios, de solidariedade para com suas dramáticas dificuldades de acomodação ao mundo estranho que levamos cada vez mais perto de suas aldeias e de compreensão dos seus comoventes esforços para resolver, a seu modo, os problemas essenciais de todas as sociedades humanas” (pág. 169).

Feitas as devidas ressalvas, especialmente no tocante à ação das Missões Católicas para as quais o autor não aparenta muita simpatia, o livro de DARCY RIBEIRO constitui uma contribuição positiva para a solução do problema indígena e base para a elaboração de uma política indigenista brasileira. *Antônio Tasi S. J.*

DORWIN CARTWRIGHT, ALVIN ZANDER. *Group dynamics; Research and theory*. 2.^a edição. Row Peterson Co. Nova York, 1960.

Saudamos esta 2.^a edição do valioso trabalho, que os dois editores

relançaram com decisivos enriquecimentos.

Na introdução, os autores relatam o histórico das origens da dinâmica de grupos e elaboram o sistema básico de hipóteses sobre o qual apóiam o seu estudo.

Este é desenvolvido em cinco partes, tendo por objeto respectivamente a coesão do grupo, as pressões do grupo e os grupos-padrão; o problema da motivação individual dentro dos objetivos do grupo; o problema da liderança no comportamento grupal e as propriedades estruturais dos grupos.

Cada uma das partes é precedida por uma introdução dos autores extremamente lúcida e de uma excepcional habilidade na formulação dos problemas que os capítulos subseqüentes abordarão sob ângulos diversos e às vezes divergentes. Os capítulos são confiados a especialistas que nêles referem os resultados de suas análises e experimentações.

É êste, aliás, o aspecto mais rico do trabalho: revelar as possibilidades e as limitações do método experimental em sociologia.

Para nós que concebemos a sociologia como a ciência indutiva dos determinismos sociais relativos ou tendenciais, a presente coletânea de estudos representa a mais rica demonstração experimental de nossa concepção. Os determinismos, numa escala grupal, aparecem nítidos e ao mesmo tempo revelam seu caráter meramente tendencial, sem a rigidez dos determinismos físicos. Colocados dentro de um determinado sistema de causas, os grupos reagem de maneira idêntica e previsível. Mas esta mesma reação dos grupos,

que tende a ser constante, orienta-se às vêzes de modo inesperado, devido a presença do elemento de liberdade atuando no interior dos grupos. É o que revela a absoluta especificidade do determinismo sociológico. Não subestimamos, pois, o valor do presente trabalho. Ele constitui, sem dúvida, o primeiro esforço de síntese, realmente bem sucedido, de tôdas as tentativas de levar as técnicas da experimentação para a análise do fenômeno social. Se é possível algum rigor técnico nesta tentativa, é certo que êle foi utilizado pelos autores dos diversos ensaios que compõem a obra.

Apenas julgamos oportunas algumas observações.

A primeira é que da leitura das diversas experiências feitas em laboratórios fica-nos uma invencível impressão de artificialidade. É claro que esta é inerente a tôdas as experiências de laboratório, sejam elas realizadas mesmo no campo da física ou da biologia. Diríamos até que a artificialidade, ou o artifício é a própria essência da experimentação. O que aqui queremos notar é outra coisa. A experimentação na física e na biologia pode-se processar dentro de um conjunto de circunstâncias e de um sistema de hipóteses perfeitamente mensuráveis e ponderáveis. Daí a validez de sua extrapolação para o campo real, e a segurança pela qual, a partir delas, se pode surpreender as leis que presidem o desenrolar de um fenômeno no seu aparente espontaneísmo natural. No caso porém das experimentações sociológicas descritas para estudar a dinâmica dos grupos, as hipóteses mesmo são absolutamen-

te artificiais, isto é, perfeitamente irreais. Tem uma validade exclusiva para o laboratório, ou seja, não se verificam na realidade. Assim a experimentação sociológica corre o risco de se transformar num jôgo engenhoso e dispendioso. As conclusões obtidas, as descobertas realizadas não são, em geral, verificáveis no mundo real. Por outro lado, as formulações de maior valor operacional já eram conhecidas através da observação direta e da participação na vida de um grupo real. Assim, por exemplo, incontestavelmente a nitidez das linhas de decisão no interior de um grupo e o desdobramento de seu objetivo último em objetivos escalonados são condições essenciais para a coesão, permanência e vitalidade de um grupo. Isto já era conhecido em sociologia. Que acrescentou a experimentação a este conhecimento? Uma aproximação quantitativa da correlação em causa e a volúpia ingênua de verificar que o que é válido na realidade é também verificável no laboratório!

Nossa segunda observação é relativa à estreita dependência do tipo do trabalho de investigação registrado neste livro com o tipo da sociedade americana. Só uma sociedade que já resolveu muitos de seus problemas globais, pode-se permitir o luxo de descer a estas sutilezas de análises, e os investimentos que elas exigem. Para um sociólogo brasileiro, preocupado com descobrir as forças e os efeitos de um processo de mutação global da sociedade, é simplesmente estarecedor verificar as sutilezas das atenções utilizadas nas experimentações de laborató-

rio, como, por exemplo, dar uma importância decisiva ao fato de um comunicado ser lido em voz alta ou em voz baixa, através de um microfone, ou pela presença do experimentador.

Insistimos em repetir que não subestimamos estes esforços. Fazemos mesmo votos que eles sejam orientados para uma solução eficaz de problemas micro-sociológicos que ainda afligem a sociedade americana, especialmente o da discriminação racial.

Receamos apenas que uma exagerada preocupação de experimentação sobre detalhes microsociológicos não venha orientar a sociologia numa direção exatamente oposta àquela que segue o fenômeno social. Por uma preocupação de método, a sociologia americana insiste em seguir os fenômenos sociais no sentido no qual eles se decompõem. Ela se especializa em uma sociologia analítica. Ora, o impulso fundamental do fato social é no sentido da síntese, no sentido de estruturar-se em realidades sempre mais complexas e organizadas, para, em cada nível superior, mais amplo de sintetização, de integração, permitir um teor mais elevado de conscientização e de liberdade. — *F. B. Avila S. J.*

TOMÁS DE VILANOVA M. LOPES.
Problemas de Pessoal da Empresa Moderna. Biblioteca de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública. 1963.

Nos últimos anos assistimos a uma reviravolta integral e suma-

mente benéfica das atividades do setor empresarial brasileiro, no tocante à readaptação do campo operacional da economia privada a cabedais oferecidos pela administração científica de pessoal.

O crescimento espetacular e a paulatina modernização do setor secundário e terciário da economia nacional, por um lado, e o atual ciclo conjuntural adverso, por outra parte, fizeram com que tivesse surgido, inesperadamente, interesse acentuado para com novas técnicas de administração de pessoal, como subsídio valioso para a racionalização máxima de nossas empresas, industriais e comerciais.

O que, todavia, faltava ainda muito, era um manual de cunho, simultaneamente, teórico e prático, nessa matéria, reajustado às condições peculiares da economia privada brasileira.

Ninguém foi mais indicado para preencher tal flagrante vácuo do que o Prof. TOMÁS DE VILANOVA M. LOPES, um dos mais destacados líderes do D.A.S.P., perito altamente especializado em administração de pessoal, dentro da órbita pública e particular, e autor de numerosos estudos dedicados a esse magno problema.

O excelente trabalho de sua autoria, prefaciado de modo brilhante pelo Prof. BENEDICTO SILVA, concentra sua atenção nos aspectos do recrutamento, da seleção, do treinamento e da colocação.

Expõe de maneira clara e concisa os princípios gerais que têm que orientar cada um desses setores, traduzindo-os, em grande parte, em procedimentos práticos.

Quanto à exposição doutrinária daqueles princípios e raciocínios

de valor incontestável que tece em torno da sua aplicação pragmática, onde quer que fôsse, a obra aqui recenseada dificilmente poderia ser melhor, mais completa.

O que apenas lamentamos, é o fato de que carece, um tanto, de informações, exatas e seguras, a respeito do atual cenário nacional e, particularmente, de praxes empresariais no setor em aprêço.

Vejamos um exemplo só: o ilustre autor não parece ter feito o esforço necessário para tomar conhecimento de vários problemas, entre nós cada vez mais controvertidos a propósito da orientação da formação profissional e da aprendizagem. A quem, e em que proporção, deve caber a execução dos respectivos programas: a) a rede escolar; b) a serviços sociais de aprendizagem (SENAI e SENAC), portanto, aprendizagem "institucional"; ou c) ao treinamento no próprio emprêgo, sob forma de aprendizagem "infra-empresarial"? Qual é o grupo que deve ser, preferencialmente, beneficiado por tais realizações: apenas os menores, como acontece atualmente, ou também os trabalhadores adultos? A que fins têm que obedecer esses programas: aos de índole educacional, clássica e integral (tese advogada pelo SENAC) ou bem aos de desenvolvimento econômico e ascensão social (princípio preconizado pelo SENAI)?

O SENAI está atualmente deslocando o centro de gravidade de suas atividades para a organização, na maior escala possível, do treinamento no próprio local de trabalho, aliás, de modo geral, muito bem exposto no livro em aprêço.

O SENAI acredita, com efeito, que só assim será possível suprimir os dolorosos e notórios pontos de estrangulamento, relacionados com as distorções na composição da mão-de-obra nacional.

Ora, ao que parece, o eminente autor não aprecia, em sua integridade, tôdas as vantagens que possa proporcionar tal modalidade benéfica de treinamento. Pode-se razoavelmente presumir que as empresas bem organizadas sabem apreciar de modo melhor as necessidades específicas, atuais e futuras, quanto ao pessoal a seu serviço do que quaisquer entidades externas. Adaptam, flexivelmente, as técnicas dos respectivos programas às constantes alterações técnicas e organizacionais. Na empresa a aprendizagem adquire índole de instrumento prático, subordinado à satisfação das necessidades econômicas, peculiares de cada um dos setores da indústria e, mesmo, de cada um dos empreendimentos, considerados isoladamente. É, via-de-regra, menos dispendiosa em confronto com a escolar, apresenta menores índices de evasão e mantém laços de íntimo entrosamento com as demais providências racionalizadoras empresariais. Basta realçar as interessantes realizações, recém levadas a efeito por várias grandes companhias — como sejam p. ex.: Petrobrás, C.S.N., CHESF, Rhodia, Singer, General Electric, Willys-Overland e as demais empresas automobilísticas — para comprovar a crescente compreensão para essa tarefa, demonstrada pelo setor patronal mais avançado e progressista.

O autor não dedica suficiente atenção a vários e difíceis proble-

mas que surgem dentro da instituição sócio-jurídica da aprendizagem (p. ex. aspectos salariais, que oferecem dúvidas crescentes, quanto à redução global em 50% das taxas de salário-mínimo com relação a aprendizes — e direito a tais taxas integrais, no que diz respeito aos jovens trabalhadores, cujos cargos e ocupações não qualificados prescindem da aprendizagem metódica).

As questões complexas de aprendizagem acabam de ser, mais uma vez, abordadas, aliás, sem maior êxito, pelo anteprojeto de Código de Trabalho (Seção V do Capítulo III do Título IV), de autoria do Mestre Prof. EVARISTO DE MORAIS FILHO (*Diário Oficial*, Suplemento ao n.º 76, de 23 de abril de 1963).

Fazendo referência à Recomendação, já muito obsoleta, da O.I.T., de 1939, o livro não menciona a nova recomendação n.º 117, adotada, nesse particular, pela 46.ª sessão da Conferência Internacional de Trabalho em 1962, nem às conclusões, aprovadas pela XII Conferência Geral da UNESCO, realizada no mesmo ano.

Certas restrições oferecem-se nos também quanto à exposição dos processos de colocação e seleção.

A própria conceituação da colocação que, sem razão convincente, muito diverge da consagrada pela doutrina e legislação, desperta dúvidas que não é possível calar nesta altura. Será que pode satisfazer a rede, descordenada de serviços sociais de colocação, cujo exorbitante pluralismo contrasta com duas notórias deficiências, es-

truturais e funcionais, e subequipamento bastante generalizado? Eis um dos sintomas do desenvolvimento muito precário da política de mão-de-obra brasileira.

Com algumas louváveis exceções (p. ex. quanto à Cia. Química Rhodia Brasileira), o recrutamento de pessoal efetua-se, ainda sempre, de modo acentuadamente rudimentar e primitivo (avisos "no portão de fábrica", anúncios "procura-se", estampados em jornais etc.), sem seleção criteriosa dos trabalhadores admitidos ao emprêgo, com conseqüentes e muito freqüentes desajustes, de origem subjetiva e objetiva.

Ora, é difícil formular sugestões abstratas, de valor axiomático, quanto à colocação e seleção, divorciadas do conhecimento direto e pormenorizado das atuais praxes seguidas nesse sentido, pela nossa economia micro-empresarial.

Tudo o que precede, não inválida, de modo algum, o valor extraordinário dêsse magnífico compêndio, que prestará, decerto, grandes serviços à gerência, cada vez mais interessada no progresso tecnológico e administrativo do nosso parque industrial, porém também a estudantes que se dedicam aos respectivos estudos, que, ultimamente, inclusive dentro da nossa Universidade, demonstram avanço digno de maior atenção.

As nossas isoladas observações críticas possam, talvez, servir para eventual complementação dessa obra, por ocasião da sua 2.^a edição pela Fundação Getúlio Vargas, que está de parabéns, por nos ter brindado com o referido livro, não somente cheio de conteúdo

vivo e interessante como também *most thought provoking*. — *Estanislau Fischlowitz*.

VÁRIOS AUTORES. *Latin American Issues — Essays and Comments*. The Twentieth Century Fund. Edição de Alberto Hirschman. Nova York, 1961.

O livro visa essencialmente uma análise dos problemas que se encontram na atualidade na América Latina e a possibilidade de melhores relações entre esta e os Estados Unidos.

Devido a sua situação de país desenvolvido em um contexto de outros menos, e, porque não dizer, subdesenvolvidos, é geralmente atribuído aos Estados Unidos uma posição de "Chefe de família".

Ela acarreta problemas, como nos diz o prefácio, um dos quais o de negligenciar o resto da família americana, dando preferência à Europa Ocidental e à Ásia.

Desejoso de atenuar esta pecha de desinterêsse, o "Twentieth Century Fund" promoveu um centro de estudos latino-americanos, cujos resultados nos são apresentados no volume.

Consta de doze artigos sôbre os mais palpitantes problemas latino-americanos, como ideologias para o desenvolvimento, inflação, reforma agrária, etc.

No primeiro capítulo, intitulado "Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina", o autor nos mostra uma preocupação em ganhar "uma visão sôbre a visão que os latino-americanos têm sôbre o seu próprio desenvolvimento", uma vez que os americanos não se preocupam atualmen-

te com a questão ideológica e essa disparidade de clima intelectual provocará, se não a tivermos sempre em mente, desentendimentos e atritos.

Como conclusão do artigo, temos uma apresentação da política atual dos EE.UU. em relação à América Latina, que visa não mais a estabilização e restauração da moeda, que vinha empreendendo até então, através do Eximbank, mas antes um plano de "desenvolvimento social" para evitar possíveis tensões.

O segundo artigo apresenta uma consideração sobre o estilo latino-americano de desenvolvimento. O autor, após algumas apreciações acertadas, como a da existência de uma oligarquia rural e de uma tendência a responsabilizar o Estado, faz-nos afirmações desconcertantes e sem fundamento, como ao considerar um mito o fato da educação ser necessária para o desenvolvimento e da terra ser dada a quem trabalha, o que implica, de certa maneira, em considerar da mesma forma a reforma agrária; e defende a corrupção como fator importante de formação de capital, sem apresentar razões suficientes para tal.

Sua análise das características da classe média em formação, de um modo geral, é boa e clara.

A seguir, temos "Uma nota quanto às relações interamericanas", escrita sob o pseudônimo de YPSILON. Pode ser sumariamente reduzida à afirmação de que a política norte-americana se preocupa no momento em reforçar mais as relações entre os países da América Latina do que destes com os EE.UU., pois a sua posição nes-

tas relações é delicada. Vemos, assim, que o interesse americano na América Latina se reduz a uma questão pessoal, para se livrar dos incômodos laços de família que supostamente o prendem a ela e refutar, ao mesmo tempo, as acusações marxistas de que a querem explorar.

O comentário do Dr. HIRSCHMAN ao artigo de YPSILON traz novos pontos-de-vista, mas diz que os latino-americanos atribuem um valor positivo à simples discordância com os EE.UU. Não encara a possibilidade de discordarmos por não coincidir o modo de focalizarmos os problemas e não apenas por uma questão de política.

A conclusão a que chega o Prof. LINCOLN GORDON em sua exposição é que a co-existência é perfeitamente viável e que, embora difiram em pontos como arte e ideologia, não precisam, necessariamente, situar-se em campos opostos quanto a assuntos econômicos e que "quanto mais bem sucedido fôr o desenvolvimento latino-americano, tanto mais cedo êsse consenso virá".

O Prof. ROBERTO CAMPOS nos apresenta, em seu artigo "Duas visões sobre a inflação na América Latina", os modos de encarar êste problema adotados respectivamente pelas escolas monetarista e estruturalista. A primeira, pregando a incompatibilidade entre inflação e desenvolvimento, e uma política de saneamento e estabilização monetária como meta altamente desejável para o desenvolvimento econômico; a seguida, ao contrário, nos diz que a "inflação é um acompanhante necessário para

o desenvolvimento" e o seu combate deve ser gradual.

A seguir, temos "uma visão alternativa da controvérsia monetarista-estruturalista" pelo Prof. DAVID FÉLIX, trazendo contribuições interessantes à análise anterior.

Encarando a escola estruturalista e suas repercussões, o Prof. JOSEPH GRUMWALD exemplifica com a inflação no Chile, considerando-a sob a quase totalidade de aspectos e o seu programa de contenção, francamente de acôrdo com a supracitada escola.

O artigo seguinte denomina-se "Movimento para a formação de grupos comerciais regionais na América Latina". Nêle o Prof. MIKESSELL encara a possibilidade destas relações comerciais culminarem com a criação de um mercado comum latino-americano, falhando, no entanto, quanto ao fato particular da integração da região em si mesma, abordando muito ligeiramente os problemas básicos do desenvolvimento econômico.

O último ponto trata da "Reforma Agrária na América Latina", sendo uma dos mais completos e objetivos em relação aos outros. Começa analisando a estrutura agrária em suas quatro formas básicas, comprovada com dados estatísticos e tabelas. Mostra diversas tentativas de reformas realizadas em países latino-americanos e focaliza ainda a possibilidade da reforma indireta, através de taxas sôbre a terra. Concluindo o autor afirma que "um fator externo importante será a futura atitude e a ajuda política dos EE.UU.", considerando assim a América Latina incapaz de resol-

ver independentemente seus problemas.

Em suma, o livro é útil para uma compreensão das relações econômicas entre os EE.UU. e a América Latina, examinadas numa perspectiva que busca superar as diferenças ideológicas porventura existentes nos diversos centros de poder. — *Ângela Maria Xavier de Brito.*

WOLFGANG LEONHARD, *The Kremlin Since Stalin*. Trad. para o inglês de ELIZABETH WISKEMANN e MARIAN JACKSON. Frederick A. Praeger. Paperbacks. New York, 1962.

Livro de caráter eminentemente descritivo é o que nos parece a recente publicação da *Paperbacks*. É fora de dúvida que o autor, cujo conhecimento do comunismo não é sem significação, não permanece numa descrição pura e sem expressão. Muito ao contrário, consegue com grande habilidade trazer o leitor a uma vivência bastante real da política russa até os dias mais próximos do XXII Congresso do Partido Comunista Russo. Entretanto, não conseguiu alcançar o nível de criação interpretativa tão brilhante quanto o fez ISAAC DEUTSCHER no seu *A Rússia depois de Stalin*.

Desde as primeiras páginas nos coloca diante de uma análise que se perceberá bastante especializada, extraordinariamente bem estruturada, introduzindo o leitor na moderna estrutura da sociedade soviética, sem contudo nos libertar da impressão de estarmos com uma obra de análise científica nas

mãos. Será certamente um grande livro para os que se preocuparem em conhecer a política interna da Rússia, com a precisão de quem prescindir de um pouco de alinhavamento literário.

Particularmente notáveis são as linhas em que nos apresenta o que foi a *Conspiração dos Médicos*, episódio em torno do qual voltará outras vezes porque outras vezes a ele voltaram os caminhos da política do Kremlin.

Será fundamental a leitura do terceiro capítulo "The Silent De-Stalinization", para os que ainda pensam que a derrubada do mito de STALIN e do culto da personalidade foi algo que se processou de modo repentino e improvisado, por qualquer necessidade estratégica da propaganda externa. É exatamente aí que se começa a voltar à importante "conspiração", às reabilitações, à preocupação por uma liderança coletiva. Talvez porque trate então de problemas especificamente pessoais, quando narra o drama da "queda de Beria", dos seus efeitos e da progressiva eclipsação de MALENKOV, com sua conseqüente resignação, é que o autor supera sua linha de político historiador para ganhar um ambiente de dramaticidade vivida, mostrando como um processo de revolução interna, numa esfera de poder esmaga até mesmo os próprios líderes.

O XX Congresso do Partido, aberto em 14 de fevereiro de 1956, foi praticamente o início da era pós-staliniana, e toda sua justificação nos é apresentada pelo autor em quarenta páginas de acurada elaboração que explicita desde a crítica feita a STALIN, os diver-

sos motivos que justificaram uma teoria para "as diversas formas para o socialismo", visando uma aproximação com a Iugoslávia dentro de uma ideologia de coexistência, atingindo a reabilitação dos "inimigos do povo", até um retorno a uma linha Leninista. Para os interessados no que foi a mudança da política educacional na Rússia, o problema das gerações novas, vivendo de modo quase idêntico a uma *beat generation* americana, são importantes as intervenções e decisões desse Congresso. Afinal, todo o problema das novas lideranças soviéticas e o porquê da reestruturação do Comitê Central nos são documentadamente apresentados. "*All the speakers at the Party Congress renounced the cult of a leader, but the place of the leader was taken by the collective wisdom of the Central Committee. Faith in authority was not criticised, but the type of authority was changed*" (pág. 166).

O discurso secreto de KRUSHCHEV alcança o maior interesse do leitor, enquanto é tratado por todo um capítulo brilhantemente cuidado. "Na opinião de KRUSHCHEV a maior falta de STALIN foi substituir a ditadura do Partido pela sua própria. Pois se escreveu sobre a pessoa de STALIN, não escreveu sobre sua política. Ele rejeitou esta última somente em parte e somente a partir do momento em que foi dirigida contra o próprio povo, isto é, desde 1934" (ver págs. 169 e segs.). Seu discurso se justifica na medida em que não haviam ainda compreendido até que ponto o Comitê Cen-

tral desejava levar a queda do culto da personalidade.

Aqui começa a ascensão de KRUSHCHEV no cenário da União Soviética, ascensão que o autor mostra englobando ao mesmo tempo a queda de ZHUKOV, a degradação sucessiva de BULGANIN, o início das diferenças com Pequim e o tão famoso caso PASTERNAK que pôs à luz as divergências do Partido com os escritores. Ainda aí nos parece que o autor se coloca numa perspectiva de quem nada tem a dizer contra o sistema, as conclusões sempre caberão ao leitor.

O XXI Congresso do Partido, realizado entre 27 de janeiro de 1959 e 5 de fevereiro, é tratado com a mesma precisão que o anterior. A importância do Plano Septenal, os seus objetivos e dados principais nos são trazidos pelo autor correlacionados com as principais posições econômicas que nesse mesmo tempo tiveram os E.E.UU., a França, a Inglaterra e a Alemanha.

As acusações feitas ao grupo do Antipartido (MALENKOV, MOLOTOV, KAGANOVICH, BULGANIN e SHCHERBACH) refletem as lutas internas, enquanto que o discurso de KRUSHCHEV buscava as bases ideológicas para o novo plano, definindo as diferenças entre socialismo e comunismo, que são bastante importantes para os atuais interessados na política russa interna, nas suas relações com os diversos modos de propriedade, na criação de uma "base técnica e material para o comunismo" e na definição de sete importantes pontos para uma moral comunista a ser seguida pelos verdadeiros ho-

mens novos da nova sociedade (ver págs. 325 e 326).

Importante destaque é dado a uma quase volta ao culto da personalidade agora de KHRUSCHEV, que em seu discurso não falou uma só vez em liderança coletiva, mas que forçou a sugestão do ingresso de elementos mais novos para as cúpulas do PC, sem dúvida alguma com o fim de reforçar sua posição pessoal.

A partir daí o autor já se coloca numa perspectiva de preparação para o XXII Congresso, numa série de previsões, algumas já realizadas outras definitivamente superadas (como o caso de se fazer concessões às exigências ideológicas da China), nos parecendo mais importantes as observações feitas sobre o caso do avião U2, e suas consequências na política internacional.

As páginas finais nos dão importantes informações sobre a possibilidade de uma reformulação total da concepção de uma sociedade comunista e dos documentos que se tornaram índice dessa evolução, como *The Foundations of Marxism - Communism* publicado em 1959.

Creemos poder considerar sem exagero que o presente livro constitui um dos mais preciosos documentos sobre a atual política da União Soviética, onde o autor, apesar de marxista, se mantém num plano de investigação histórica e científica isento de insinuações ideológicas. Como já se providencia a tradução para o português de outro trabalho seu, feito com a colaboração de GUSTAV WETTER, *A Ideologia Soviética Hoje*, esperamos o interesse dos

editores nacionais para uma obra tão importante. — *Sinesio Bacchetto*.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES. *Aspirações Nacionais*. Interpretação histórico-política. Editora Fulgor. Rio de Janeiro, 1963.

Até bem pouco tempo, o autor deste ensaio era o historiador que se credenciara por uma atividade incansável, de que resultava muita novidade e muita compreensão diferente, nova, em torno ao que ocorrera ontem nestas terras de Santa Cruz. Seu inventário da literatura referente ao Brasil holandês, seus estudos sobre a historiografia nacional, sua interessantíssima *Teoria da História do Brasil*, seu inquérito pormenorizado acerca da "pesquisa histórica no Brasil", além de vários outros pronunciamentos valiosos, muito valiosos, à volta de temas nacionais, como aquela admirável memória referente ao Continente do Rio Grande, compondo uma série magnífica de contribuições do historiador, garantiram-lhe o título e a posição que alcançara sem nenhum favor.

Suas preocupações com o processo da política internacional brasileira, para que começou a atentar desde que chamado a dirigir a cátedra de história da política diplomática, no Instituto Rio Branco, tiraram-lhe aquela característica fundamental de sua vivência intelectual, conduzindo-o para uma área nova, em que se estreou com livro de sucesso retumbante, *Brasil e África*. *Outros Horizontes*. Impôs-se, assim, uma direção nova na sua empresa de homem de

inteligência e se afirmou rápida e seguramente como ensaísta político vigoroso e cheio de perspectivas. Seria bastante ler, para convicção e confirmação do que estamos dizendo, os artigos que escreveu recentemente no *Jornal do Brasil* e que provocaram tanta exaltação nos que se sentiram atingidos por suas reflexões, acerca de "uma política externa própria e independente".

E se quiserem ir mais longe para encontrar as razões dessas suas preocupações atuais, é ter-se em vista o que consta de *Notícia de Vária História*, Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português, e nos dois artigos publicados no *Jornal de História Africana* e *Assuntos Internacionais*, ambos de Londres.

Em *Aspirações Nacionais*, que dá motivo a estas linhas, examinou "A psicologia política e os brasileiros", "Características nacionais" e, por fim, as "Aspirações nacionais". No primeiro, preocupa-se com o problema da identificação do que venha a ser a posição brasileira na conjuntura que experimentamos, passando revista à participação dos partidos políticos em suas primeiras identificações com as aspirações do povo brasileiro, para completar o estudo com o exame das características do líder em sociedades, como a do Brasil, em "estágio de crescimento", liderança que só se realiza seguramente quando em perfeita sintonia com os anseios e realidades para a direção que os consulte e satisfaça realmente.

Nas "Características Nacionais", têmo-lo no campo em que os pioneiros foram poucos, não diremos

pobres, mas hesitantes, ou sem a decisão e o ímpeto convenientes para apreciação e definição da psicologia brasileira. O tema está em moda. Há por tôda parte uma tentativa de interpretação das grandes linhas que traduzam os povos nas suas atitudes, comportamentos, inquietações. Na França, uma revista de psicologia dos povos promove inquéritos interessantíssimos não apenas acêrca da própria França, mas da Europa e de fora dela. O Grupo da Escola de Science Sociale, mais recuada no tempo, com os ensaios de TOURVILLE, DEMOLIN e os de ANGEL GANIVET, ALTAMIRA, MADARIAGA, GASSET, PEDRO LAIU ENTRALGO, sôbre Espanha, para citar alguns exemplos, evidenciam claramente o interêsse e a possibilidade de definirem-se os povos, através das respectivas manifestações de vivência, acumuladas através das idades e a torná-los diferentes uns dos outros.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, passando revista às tentativas de definição do caráter brasileiro desde JOSÉ BONIFÁCIO a GILBERTO FREYRE, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES, TRISTÃO DE ATAÍDE e outros, sustenta a tese de que o "quadro de nossos traços psicológicos" não é um mero somatório de virtudes e defeitos que pela freqüência pudesse permitir uma conclusão, mas a permanência dêles através dos períodos históricos e como resultante da "integração cultural" numa "síntese nova". Daí por que, para encontrá-los e indicá-los em sua exatidão, percorre a evolução do Brasil, procura as tradições gerais e as características atuais, sustentando

que constituímos, para orgulho nosso, "uma cultura e uma nacionalidade únicas". Enumera, a seguir, o que chama de "características positivas tradicionais", "características positivas atuais" e "características negativas tradicionais e atuais". E conclui, com muito acêrto: "A progressiva aceleração do tempo histórico brasileiro revela que, sob o impulso de características novas, da liderança e do povo, vencidos a sobriedade e o conservantismo português, êste Brasil é já outro Brasil".

"Aspirações nacionais", que dá título ao livro e o encerra, vale como excelente roteiro do que vem sendo, pelo caminhar dos anos, desde a colônia às horas cheias de angústia de nossos dias, o desejo dos brasileiros, a paixão a guiar-nos, a motivação de nossos destinos e preocupações. Período a período essas aspirações variaram, como não podia deixar de ser. A primeira foi a decisão da independência, decorrente da maturidade alcançada com a formação da base física, e a elaboração da sociedade mestiça e da economia tropical que nos distinguiu durante tanto tempo, para chegar às inquietações de agora, consubstanciadas no que poderíamos chamar de soberania econômica, globalizando desenvolvimento, bem-estar social e cultural.

A análise que faz do processo histórico brasileiro leva-o a uma conclusão que nos parece perfeita, a revelar o grau de amadurecimento do autor que, na base da sua imensa cultura especializada, como historiador, pôde chegar à grande verdade, que será a síntese de sua obra atual e que, por isso mesmo,

não queremos deixar de registrar devidamente, reproduzindo-a como fêcho dêste registro, porque apenas registro é o que aqui se faz: "As legítimas aspirações do povo brasileiro são também as legítimas aspirações do Brasil, e sua interpretação deve inspirar-se não nos interesses dos poucos privilegiados do *statu quo*, que escamoteiam o processo histórico, nem dos reformistas demagógicos que, sob a pressão dos fatos, barganham concessões, nem dos antinacionalistas, nem dos alienados, quer os que não vêem nunca o Brasil, quer os que só o vêem com lentes emprestadas, dogmáticamente pré-fabricadas fora do país. Estas lentes podem e devem ajudar-nos, como instrumento de análise, mas a palavra final surge dos próprios brasileiros, inspirados no nacionalismo, nos interesses e objetivos nacionais, no bem público comum". — *Artur Cezar Ferreira Reis.*

ARTHUR McCORMACK. *People Space, Food.* Sheed and Ward. Londres e Nova York, 1962.

Se os recursos naturais da terra forem desenvolvidos e explorados racionalmente, conseguirá o mundo obter alimento suficiente para o seu sustento, e espaço para suas populações?

Êste problema da superpopulação e da escassez de recursos é examinado por duas correntes de pensadores: malthusianos e neomalthusianos.

Os primeiros analisam o problema sob um prisma pessimista, seguindo a pura tradição malthusiana. Acreditam que a única solu-

ção para o perigo de uma fome mundial, devida ao aumento das populações, é o emprêgo de métodos anticoncepcionais, da restrição maciça da natalidade.

A segunda corrente, mais otimista, considera que, embora o problema seja grave, a terra, mediante o emprêgo de novas técnicas, poderá vir a produzir muito mais do que agora, não se confirmando assim a profecia de *Malthus*.

Nos quatro primeiros capítulos — "The world population crisis", "People and space", "The pessimist view", "Fewer People?" — o autor examina estas duas colocações do problema, analisando a posição de diversos cientistas diante do mesmo.

Segundo êle, não existe nenhuma fórmula simples ou isolada para resolver o problema da superpopulação. Os métodos anticoncepcionais não seriam de maneira alguma os únicos a fornecer uma solução. De maior importância seria a exploração, em novas bases, dos recursos naturais. E além disso (temas que são examinados nos três últimos capítulos), a ajuda financeira dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, a imigração, e a transmissão de valores morais.

Nos quatro capítulos seguintes — "People and food", "More food from existing sources", "Food from new sources" e "Food and Science" — vemos que o desenvolvimento da ciência poderá vir a ser a solução para o atual problema resultante da relação população e recursos. A descoberta de novas técnicas e novos métodos (irrigação, adubos, força elétrica,

culturas em água, utilização de processos atômicos, radiação, etc.), virá, pois, comprovar o ponto-de-vista de *sir John Russel*: "Existem ciências e técnicas, agora ainda em estado quase embrionário, que, quando completamente desenvolvidas, afastarão para sempre o nosso mêdo quanto à escassez de alimentos."

Sob o ponto-de-vista científico, êsses oito primeiros capítulos são, sem dúvida alguma, excelentes. O autor consegue, com grande segurança e precisão, fazer uma síntese das diversas correntes de pensamento em relação ao problema da superpopulação. Além disso, apresenta grande número de citações, sendo a sua indicação bibliográfica completa e atualizada.

Os três últimos capítulos — "Aid to undeveloped countries", "Migration" e "The population problems and Human values" — estão, porém, muito aquém dos oito já examinados, pois, nêles, nem sempre o autor é muito lógico ou realista.

McCORMACK nos diz, por exemplo, que se faz necessária uma assistência financeira maciça aos países subdesenvolvidos, para que êstes possam alcançar o seu progresso agrícola e industrial. Esta assistência deveria ser, ao mesmo tempo, extremamente generosa e muito bem controlada. Pois, segundo o autor, a desonestidade é mais comum nos países subdesenvolvidos do que nos mais desenvolvidos. Mr. McCORMACK faz, no caso, uma correlação inédita: entre subdesenvolvimento econômico e social e subdesenvolvimento do caráter e da honestidade.

Correlação em nada científica e bastante tola.

Prosseguindo, êle nos diz ainda que a melhor maneira inicial de ajudar é mediante a distribuição do *surplus* de alimentos produzidos. Acha êle que isto constitui uma forma de assistência muito efetiva, além de conseguir promover a boa vontade e a receptividade por parte de quem recebe... É verdade que, mais adiante, o autor reconhece que os "presentes" não são suficientes. Nós, porém, ficamos com uma dúvida: receptividade, e boa vontade, exatamente para quê, para que fim? Para que os subdesenvolvidos possam ajudar a si mesmos? Esta dúvida, o autor não nos elucida, saindo pela tangente, ou seja, fazendo uma bela dissertação a respeito da necessidade de promoção e de elevação dos níveis de vida.

Quanto à imigração: assim como por meio dela certas regiões do mundo foram povoadas, por meio dela, também, o problema da superpopulação poderia ser resolvido. Assim como existem alguns formigueiros humanos, existem também grandes claros. O argumento é lógico. Mas, ilógica é sua observação quanto ao caso do Japão. Segundo o autor, o problema dos japoneses seria resolvido se o Japão comprasse um pedaço do Brasil, para aqui formar um nôvo Estado, que ficaria sob a tutela da O.N.U.!

Mas, de qualquer maneira, não há dúvida de que o autor tem razão ao afirmar que a migração é uma política mais sadia do que a aplicação de práticas anticoncepcionais e de abortos.

Como podemos ler no último capítulo, o auxílio aos países subdesenvolvidos é uma dívida moral existente na consciência dos mais desenvolvidos. Além disso, existiriam várias razões econômicas para auxiliar estas nações: "precisamos delas como fregueses e como produtoras de matérias-primas". Esta afirmação já faz com que encaremos como um tanto problemática a decantada promoção do progresso econômico.

Os povos dos países subdesenvolvidos teriam direito à justiça social e à caridade, em nome da dignidade da natureza humana. Em termos gerais, está certo. Mas, lembramo-nos do método anteriormente mencionado de distribuição do *surplus*. E parece-nos que Mc CORMACK talvez ignore que aqui não se trata de caridade pura e simples. Mesmo porque a verdadeira caridade é a que dá e não espera trôco ou benefícios. Quanto à ajuda, que o autor puxa para o campo dos valores morais, sem os quais, segundo ele, os investimentos não alcançariam sua finalidade, somos de opinião que ela só é verdadeira quando promove um verdadeiro progresso capaz de tornar, com o tempo, os países economicamente independentes. Mas aqui, evidentemente, de acordo com um raciocínio que o autor poderia perfeitamente fazer, já entraria uma série de considerações quanto a mercado e conveniências.

McCORMACK finaliza seu livro fazendo da ajuda aos povos subdesenvolvidos uma nova cruzada, com tôdas as características das antigas: libertar os povos das condições de miséria em que vivem e levar-lhes, ao mesmo tempo, tanto

a ajuda financeira como o apoio moral e a fé cristã. A afirmação é incontestável. Não há nada a discordar em relação a ela. Todavia, seria necessário que o autor se explicasse melhor quanto ao que entende por ajuda financeira; sobretudo, que abrisse mão dos seus preconceitos em relação aos países subdesenvolvidos, pois sua mentalidade se evidencia, no caso, como sendo, em alguns aspectos, semelhante à dos antigos colonizadores.

— A. J. de Carvalho.

VICTOR ALBA. *Las idéias sociales contemporáneas en México*. Fondo de Cultura Económica. México, 1960.

Não podemos fugir ao adjetivo: temos aqui uma história verdadeiramente fascinante.

Uma "lenda", que ainda persiste até hoje, mostra a história dos países latino-americanos como um evoluir confuso, pitoresco, sem orientação constante; a realidade, porém, é outra, pelo menos no caso do México, como bem mostra este volume. Através dos vaivéns de sua agitada vida independente, o México seguiu um caminho constante: a busca de solução de seus problemas fundamentais. Tais problemas eram tão agudos, permanentes, cruciantes, que ninguém, na vida política da nação, a eles escapou. As soluções propostas foram diversas, mas nenhum político ou ideólogo conseguiu evitar certas questões.

Esta pressão dos problemas explica, talvez, a formulação fragmentária e circunstancial das idéias sociais. Os precursores da inde-

pendência mexicana, por exemplo, não tinham conceitos sociais claros; a própria independência teve certa formulação simplista. A revolução de 1910 foi iniciada sem um programa social, mas em sua obra legislativa, em suas lutas, tal programa adquiriu forma e conteúdo porque a pressão dos problemas determinava a atitude dos homens na política, na economia e até mesmo na literatura e arte.

Um fator ressalta da leitura do volume: a história do México independente é a história da luta por uma distribuição da propriedade de terras diversa daquela existente no período colonial. Sobrepondo-se a este problema básico, aparecem outros, frequentemente dele derivados: a luta contra o domínio econômico da Igreja Católica e do capital estrangeiro, os esforços por incorporar o índio à economia moderna e pela industrialização do país. Mencionamos igualmente as tentativas para impedir a proletarização do artesanato e a busca de novos métodos de intervenção da classe operária na vida do Estado e na atividade econômica nacional.

Não há lei importante na legislação mexicana moderna, nem atitude política, nem programa de governo ou plano revolucionário que não tenham sido pensados em função do problema da terra. Este problema domina toda a história do México e condiciona sua evolução econômica e política. Isto poderia fazer da história das idéias sociais no México uma história monótona; tal não acontece, porém, devido à diversidade das soluções propostas, à forte personalidade de alguns pensadores e à paixão

com que foram aplicados alguns programas, ou mesmo com que se buscaram soluções peculiares à realidade mexicana.

Outra observação: no México não apareceram teorias em abundância, mas uma série de programas. Os mexicanos guiaram-se mais pela prática do que pela doutrina. Desta prática surgiram exemplos que, quando justificados, interpretados, explicados, se transformaram em teorias. Neste sentido se pode dizer, sem exagerar, que as idéias sociais mexicanas são realmente mexicanas, autóctones, peculiares, e realizou-se o que tantos latino-americanos reclamam: uma visão latino-americana da realidade latino-americana.

O autor ressalta este ponto-de-vista, e mesmo admitindo a influência estrangeira, principalmente norte-americana, nos últimos tempos, mostra como a pressão da realidade as modifica.

Acentuemos algo sobre a estrutura do volume. Na primeira parte, traça uma evolução das idéias sociais segundo suas etapas cronológicas. Na segunda parte, esta mesma evolução é examinada de acordo com os seguintes problemas: agrário, operário, indígena, industrial. Isto faz com que haja repetições, mas permite um realce da influência dos fatos sobre as formulações teóricas.

RENÉ DUMONT, num livro magistral intitulado *Terres vivantes*, em que estuda diversas reformas agrárias, intitula o capítulo sobre o México "México, um caso de sabotagem da reforma agrária pelo poder", e conclui o mesmo capítulo com este aviso: quem não qui-

zer levar até ao fim a solução socialista, é melhor nela não se engajar sem madura consideração... Diversos autores falam do fracasso da revolução mexicana, do seu "emburguesamento" e até mesmo aludem a "revolução traída". Cremos que a leitura do livro de VICTOR ALBA poderá auxiliar muito a compreensão do processo revolucionário mexicano e, mesmo que não concordemos integralmente com os juízos de valor emitidos pelo autor, podemos nos beneficiar da farta documentação que fornece. — *R. Ozanam de Andrade, S. J.*

ALAIN BIROU. *Sociologia e religião*. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1962.

O melhor meio de apresentar o volume de BIROU é resumir sua própria introdução a respeito dos objetivos e métodos deste estudo sobre as relações entre sociologia e religião.

O autor parte de uma constatação: nos últimos tempos vemos, dentro da Igreja Católica, clérigos e leigos tomarem os instrumentos e métodos sociológicos para medir seu cristianismo ou, pelo menos, alguns de seus aspectos externos. Aumentando dia a dia o número de pesquisas e alargando-se o campo de observações, impõe-se, a fim de evitar falsos conflitos, uma delimitação dos domínios e campos de investigação. É preciso ver, sobretudo, os diversos níveis de conhecimento em que se situam: de um lado, a ciência teológica, e doutro, a sociológica. Diante da forma de saber à

qual a ciência moderna dá acesso, parece particularmente indispensável justificar seu método e delimitar suas pretensões. Torna-se imprescindível determinar o grau de explicação das ciências sociais.

O intuito da obra é trazer uma contribuição a esta reflexão. Trata-se assim de um esforço de pensamento metodológico. A obra se situa num estágio anterior ao trabalho de pesquisa, numa linha que vai em busca das posições exatas de sociologia religiosa e dos limites bem marcados das ciências do homem em relação ao fato religioso.

Sua finalidade, sem ser diretamente obra de teologia, é tomar distância em face dos sociólogos e sua ciência para ver o que fazem, compreender o seu método e, legitimando a sociologia em seu plano, legitimar certa sociologia da religião.

Nesta confrontação entre métodos sociológicos e realidade religiosa, o autor examina numa primeira parte a Igreja Católica em si mesma. Do exame de sua natureza intrínseca e seus componentes, sobrenaturais e humano, deduz a necessidade de ser visível e social, sem, contudo, se deixar determinar nem por suas próprias imperfeições humanas, nem pelas civilizações e culturas em que se implanta.

A segunda parte mostra o esforço da sociologia religiosa dentro do cristianismo e os problemas de toda espécie que se lhe apresentam. Examina, o autor, dois pontos-de-vista de particular importância: as relações da sociologia religiosa com a eclesiologia e

as relações com a vida pastoral e o apostolado em geral.

* * *

Finalmente, a terceira parte, mais desenvolvida, tenta situar a sociologia religiosa entre as outras ciências sociais. Insiste principalmente na evolução religiosa, consequência da evolução das próprias teorias sociológicas. Para legitimar o valor científico das ciências sociais e da sociologia religiosa, examina o autor os métodos, o grau de explicação de tais ciências para conhecer o domínio exato, o nível e a forma de conhecimento a que chegam.

Uma última palavra de apreciação: o volume se situa num nível de vulgarização; não se trata de nenhuma nova apresentação de métodos ou de teorias sobre as correlações entre os fatores sócio-culturais e o fenômeno religioso. É uma divulgação honesta, equilibrada, que não cai em trivialidades, nem evita discutir certos problemas de "fronteira" entre as ciências. Estranhámos, apenas, a pouca atenção dada a alguns dos grandes teóricos que se preocuparam com problemas metodológicos na sociologia da religião, como MAX WEBER, WACH, MENSCHING, SIMMEL, PARSONS. O autor se detém muito nos estudos de sociologia religiosa realizados numa perspectiva histórica ou em dimensão psico-social. Estas limitações não tiram o mérito fundamental do volume que, ao nosso ver, é o melhor entre os livros publicados em português sobre sociologia religiosa. — R. O. A.

JOHN HATCH. *Africa today and tomorrow*. Frederick A. Praeger. Nova York, 1962.

Depois de descrever em largos traços a evolução do Continente africano, o autor focaliza cada país em particular: a África ocidental inglesa, a África oriental inglesa, a África central, os territórios sob mandato, a África do Sul, a África francesa, o Congo, diversas regiões ainda sob dominação estrangeira, e os demais países soberanos do Continente.

A propósito de cada nação, o livro fornece os dados fundamentais-históricos, demográficos, geo-econômicos — e se detém mais a fundo na análise de sua situação política atual. Dêste ponto-de-vista, constitui manual indispensável para o conhecimento básico da África contemporânea.

O autor é um inglês, há longos anos familiarizado com os problemas africanos. Não é fácil, cremos, encontrar alguém oriundo de um país colonizador tão perfeitamente identificado com os problemas do Continente negro. Esta identificação se revela na lucidez com que analisa a posição da África nas tensões do mundo moderno, na interpretação das reações de povos africanos ante o imperialismo estrangeiro e, principalmente, no vigor com que denuncia as violências e o absurdo do racismo e das pretensões do colonizador branco.

O último capítulo é dedicado, em sua primeira parte, à análise da questão racial e se inspira nos resultados dos estudos feitos pela UNESCO. A parte final oferece

uma visão de conjunto sobre os problemas que a África enfrenta em sua dimensão continental. São certamente as páginas mais lúcidas e mais penetrantes que jamais um europeu escreveu sobre o tema.

A África está dividida em dezenas de países, e as suas divisões, longe de corresponderem a realidades geográficas, econômicas e sociológicas locais, são apenas o reflexo do sistema do equilíbrio de forças entre as nações colonizadoras. É uma divisão exógena e artificial. A África não é dividida por nacionalismos, no sentido que o termo adquire entre nós. Ela saltou de uma condição colonial para uma visão continental, que se vem afirmando num crescente pan-africanismo. O autor analisa com excepcional perspicácia as dificuldades concretas da constituição dos países deste Continente, do qual saem, para o mercado internacional, inensas riquezas, e que com seus 230 milhões de habitantes constitui, ainda hoje, a massa mais numerosa de famintos e analfabetos do mundo.

As populações africanas abrem-se para um dos ideais fundamentais da cultura moderna: o valor da pessoa humana como sujeito de direitos inalienáveis. A realização concreta deste ideal encontra na África dificuldades específicas: a milenar tradição tribalista e feudal, a tremenda condição de subdesenvolvimento, os rígidos sistemas de discriminação baseados em preconceitos raciais ou religiosos.

É certamente uma das mais apaixonantes peripécias de nossa época acompanhar o caminho que a África descobrirá para resolver

os seus problemas e responder a este desafio. Um rumo já se vem delineando com nitidez: a África não pretende comprometer-se no jôgo de forças do mundo desenvolvido e orienta-se para a Organização das Nações Unidas, da qual espera ajuda eficaz. Assim, é o Continente que mais recentemente emerge para a história aquele que traz ao mundo a mais expressiva esperança internacionalista. — *Pe. Fernando Bastos de Avila, S. J.*

KARL MANNHEIM. *Sociologia Sistemática*. Introdução ao Estudo da Sociologia. Tradução de MARIALICE MENCARINI FORACCHI. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Livraria Pioneira Ed. São Paulo, 1962.

Continuando na realização de seu programa de lançamentos no setor das ciências sociais, a Livraria Pioneira Ed. publica a *Sociologia Sistemática*, de MANNHEIM, precedida de um prefácio da tradutora e do importante prefácio da edição inglesa, da autoria de J. S. ERÖS e W. A. C. STEWART.

A tradução é cuidadosa. A tradutora realizou com êxito sua tarefa e encontrou o meio termo feliz entre a alternativa trágica a que se refere em sua nota liminar: fazer ciência literariamente e fazer ciência obscuramente. É lastimável, entretanto, que a incúria da revisão tenha deixado passar inúmeros e graves erros que não podem ser atribuídos a mera inadvertência tipográfica.

O prefácio à edição inglesa história as origens e a composição do

livro de MANNHEIM e o situa com precisão na evolução do pensamento sociológico. É indispensável para a exata compreensão e avaliação da obra. Porque o livro de MANNHEIM não é um livro atualizado. Nem é a intenção do editor brasileiro pôr ao alcance de nosso público um texto perfeitamente em dia. O livro vale como testemunho de um notável esforço de sistematização do pensamento sociológico, realizado por um pensador que, como poucos, dominava os horizontes sociológicos do momento em que escrevia. Poucas sínteses tão felizes do estágio de evolução da Sociologia pelos anos de 1930.

É dêste ponto-de-vista que se pode compreender o fato de utilizar a obra um instrumental psicológico francamente superado; o fato de dar tanta ênfase à análise dos processos sociológicos, que ocupam quase a metade do livro, e deixar para dois pequenos capítulos finais os temas de estabilidade e de mudança social. Aliás, é de notar que a atenção atribuída por MANNHEIM a êsses dois temas, conquanto restrita a dois capítulos, revela a agudeza e a fôrça antecipadora de seu espírito. É nestes dois capítulos finais, com efeito, que êle anteviu os grandes problemas que preocupam a Sociologia contemporânea.

Discordamos da posição que adota quanto à interpretação filosófica e sociológica dos valores. Cremos perfeitamente justa e cabível a análise sociológica para explicar a origem dos valores e seus condicionamentos por parte da realidade histórica. Mas cremos também que, mesmo sem aceitar

a interpretação determinística, que MANNHEIM repudia, admitir que a análise sociológica tem a última palavra a dizer sobre o problema, é uma simplificação e uma aberração profissional tão grave quanto a que êle atribui a um rígido fixismo filosófico. Explicar todos os valores por um processo de absolutização de costumes, e partir daí para aceitar um total relativismo moral, é uma posição que não leva em conta tôda a realidade, nem sequer tôda a realidade humana, que no mais íntimo e mais autêntico da experiência moral atinge valores absolutos. Nesta ordem de idéias a tese de JACQUES LECLERCQ sobre *Les Origines et le développement des idées morales* é muito mais penetrante e muito mais rica.

MANNHEIM, criticando o modelo marxista do processo de mudança social global, rejeita o seu valor dogmático, mas o aceita como um *approach* imperfeito, embora de certa utilidade, na medida em que é assumido como um sistema de meras hipóteses de trabalho. Tal modelo é ainda útil, diz MANNHEIM, mesmo porque não existem outros (pág. 212). É certo que MANNHEIM não escreveria tal frase se tivesse tido oportunidade de rever o seu texto, após as contribuições de MYRDAL, de ROSTOW e de outros.

A tradução que a Pioneira nos apresenta é um enriquecimento para nossa biblioteca social. O livro de MANNHEIM vale como um documento histórico da evolução da Sociologia e contém muitos temas que conservam plena atualidade; além disso, mesmo a propósito de temas hoje superados,

sente-se nêle a fulguração de um espírito que foi, certamente, dos mais originais e renovadores na Sociologia. — *F.B.A.*

EDUARDO HAMUY. *El problema educacional del pueblo de Chile*. Editorial del Pacifico S. A. Santiago de Chile, 1961.

Trata-se do relatório final de um estudo sôbre o problema educacional do Chile, conduzido sob a orientação do Professor EDUARDO HAMUY, e com a colaboração de WILLIAM L. HAUSEN, ORLANDO SEPULVEDA e GUILHERME BRIONES, e de uma equipe de 320 estudantes da Universidade do Chile.

A pesquisa efetuou-se entre os anos de 1953 e 1956, e infelizmente só bem mais tarde seus resultados, como os métodos empregados, foram trazidos à publicidade.

O estudo focalizou a educação primária e utilizou uma amostra de largas proporções, referentes a quatro províncias mais típicas: Santiago, Antofagasta, Curicó e Concepción.

O presente relatório, depois de apresentar em grandes linhas a evolução da educação elementar, dedica todo um capítulo à exposição do método empregado. No capítulo 3.º se ocupa da relação entre inescolaridade e deserção escolar. Os capítulos seguintes examinam, à base dos dados coletados, os fatores condicionantes escola-

res e extra-escolares da escolaridade total e parcial.

Os resultados obtidos mostraram o infundado de certo alarmismo demagógico relativo ao analfabetismo no Chile, deram uma idéia objetiva da situação real da escolaridade, revelaram interessantes fatores que condicionam a atividade escolar dos alunos e ofereceram as bases para a realização de uma eficaz política educacional no país. O relatório é um padrão de projeto social capaz de orientar a solução de um problema social.

Ficou-nos, entretanto, a impressão de certa desproporção entre o imenso esforço que deve ter representado a riquíssima coleta de dados e a relativa pobreza das técnicas estatísticas empregadas em sua utilização e interpretação. Essas técnicas não vão além da elaboração de tabelas simples e de cálculos percentuais. Queremos crer que a utilização de uma amostra menor, mais tecnicamente representativa, e rigorosamente trabalhada por técnicas estatísticas mais apuradas, seria mais reveladora, mais expressiva, e não permitiria certas extrapolações ou generalizações sem a devida fundamentação factual.

Em todo caso, o trabalho da equipe dirigida pelo Professor HAMUY constitui um estímulo e oferece diretrizes metodológicas para estudos congêneres que venham a se aplicar ao esforço da erradicação do analfabetismo na América Latina. — *F. B. A.*

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editôres os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.

Economia

JOEL DEAN. *Economia de emprê-sas*. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962. 2 vols.

JOHN KENNETH GALBRAITH. *O desenvolvimento econômico em perspectiva*. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962. 69 págs.

ORLANDO VALVERDE; MIRYAM G. C. MESQUITA e LÉA SCHEINVAR. *Geografia Econômica do Nordeste Potiguar*. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1962.

CENTRO DE AZIONE LATINA. *Italia economica — 1961*. Giuffrè Editore. Milão, 1961. 378 págs.

LENITA CORRÊA CAMARGO. *Finanças das emprêsas*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1962. 319 págs.

NILTON CAMPOS. *Produtividade — Aspecto psico-social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1962. 34 págs.

HAROLD KOONTZ e CYRIL O'DONNEL. *Princípios de administração*. 2 vols. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo, 1962. 786 págs.

CORRÊA CAMARGO. *Crédito parcelado e finanças das emprêsas*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1962. 169 págs.

ANTÔNIO DELFIM NETTO. *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1962. 133 págs.

Política

VÁRIOS AUTORES. *Staatslexikon*. Herder. Freiburg, 1962. 1 214 págs.

DEANE E DAVID HELLER. *A crise de Berlim*. Editôra Letras e Artes. Rio de Janeiro, 1962. 227 págs.

VÁRIOS AUTORES. *A Aliança para o Progresso*. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962. 186 págs.

ROBERT F. KENNEDY. *Amigos leais e bravos inimigos*. Distribuidora Record. Rio de Janeiro, 1962. 196 págs.

THEODORE DRAPER. *A revolução de Fidel Castro*. Edições GRD. Rio de Janeiro, 1962. 240 págs.

CHARLES B. BOBSON. *Berlim — pivô do destino alemão*. Editôra Letras e Artes. Rio de Janeiro, 1962. 175 págs.

HARRY E BONARO OVERSTREET. *A guerra chamada paz*. Editôra Letras e Artes. Rio de Janeiro, 1962. 361 págs.

LINCOLN GORDON. *O Progresso pela Aliança*. Distribuidora Re-

- cord. Rio de Janeiro, 1962. 126 págs.
- JOHN FITZGERALD KENNEDY. *Pensamento e ação do Presidente Kennedy*. Distribuidora Record. Rio de Janeiro, 1962. 229 págs.
- J. P. GALVÃO DE SOUZA. *Legalidade e segurança nacional*. Convivium. São Paulo, 1962. 36 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *O direito de autodeterminação na Hungria em 1956*. Gráfica Tupy Ltda. Rio de Janeiro, 1963. 77 págs.
- WILLIAM L. SHIRER. *The rise and fall of the Third Reich*. Simon and Schuster. New York, 1960. 1 245 págs.
- MARIO FIORANI. *Breve história do fascismo*. Editôra Civilização Brasileira, S. A. Rio de Janeiro, 1963. 204 págs.

Sociologia

- LOIS MITCHISON. *The overseas Chinese*. The Bpoley Head Londres, 1961. 93 págs.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. *A nacionalidade da pessoa jurídica*. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 1963. 296 págs.
- GEORGE W. CRONYN. *Iniciação ao comunismo*. Editôra e Artes. Rio de Janeiro, 1962. 170 págs.
- HENRI JANNE E JEAN MORSA. *Sociologie et politique sociale dans les pays occidentaux*. Université Libre de Bruxelles. Bruxelles, 1962.
- JOSEPH H. FICHTER. *Cambio social en Chile*. Universidad Católica de Chile. Santiago de Chile, 1962. 225 págs.
- CAIO ALVES DE TOLEDO. *Organização social e política do Brasil*. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1963. 175 págs.
- GEN. LAURO REBÊLO FERREIRA DA SILVA. *Salário, caminho da revolução*. Rio de Janeiro, 1963. 107 págs.
- ARTHUR BOTTOMLEY. *The use and abuse of trade unions*. Ampersand Ltd. Londres, 1963. 89 págs.
- JOSÉ DE JESUS MOREIRA DE MORAES RÊGO. *Angical — uma experiência de colonização*. Tipografia São José. São Luís, 1962. 61 págs.
- PIERRE VIAU. *Révolution agricole et propriété foncière*. Les Editions Ouvrières. Paris, 1962. 253 págs.

Vários assuntos

- J. M. DE BUCK. *Educadores em crise*. Livraria Agir Editôra. Rio de Janeiro, 1962. 225 págs.
- ETIENNE GILSON. *A existência na filosofia de S. Tomás*. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1962. 130 págs.
- JOHN HOHENBERG. *Manual de jornalismo*. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1960. 543 págs.
- P. PEPE E M. TISSERAND-PERRIER. *Méthodes statistiques dans les sciences humaines*. Masson et Cie., Editeurs. Paris, 1962. 357 págs.
- LONDRES-CENTRAL OFFICE OF INFORMATION. Britain 1963. Edition Central Office of Information. Londres, 1963. 589 págs.
- AFFONSO DE TOLEDO PIZA — ANÍO MORALES — GIAMPAOLO MARCELLO FALCO. *Teoria do mínimo de "F" para o dimensionamento de uma amostra es-*

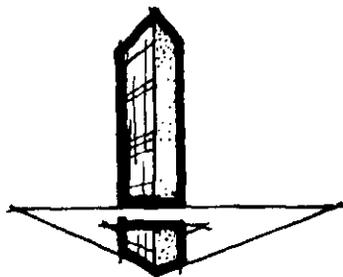
LIVROS E REVISTAS

tratificada. Provas de independência e as tábuas de contingência — Abaco e tabelas para a solução de problemas de dimensionamento de amostras. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1961. 56 págs.

CORSINDIO MONTEIRO DA SILVA. *Acumulação de cargos* (Regulamento e comentários). D.A.S.P. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1962. 137 págs.

GASTON BERGER. *Tratado prático de análise do caráter.* Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro, 1963. 289 págs.

**JOÃO FORTES
ENGENHARIA SA**



CONSTRUÇÕES * INCORPORAÇÕES * ADMINISTRAÇÕES
RUA MEXICO 21 GRUPO 202 TELS. 22 22 15 - 32 39 29